



Caros Leitores,

No mundo ocidental a universidade nasceu internacionalizada tanto no seu corpo docente como no discente. Professores de várias regiões da Europa foram atraídos para algumas universidades importantes e consolidaram o prestígio acadêmico de alguma área do conhecimento que, por sua vez, atraía estudantes das diferentes regiões do Continente. Foram especialmente famosas nesse alvorecer do nascimento das universidades europeias a Universidade de Paris pela excelência de seus cursos de Filosofia e Teologia e a Universidade de Bolonha pelo prestígio de seus cursos de Direito. A mobilidade dos estudantes se dava especialmente pela busca das melhores instituições e, em consequência, da melhor formação na sua área de excelência. Ainda atualmente, universidades novas ou emergentes se consolidam mais rapidamente quando atraem docentes de renome de várias regiões do país e do exterior e passam a competir com universidades já consolidadas pela conquista de jovens talentosos para suas fileiras como docentes ou como estudantes. Foi assim, que nos Estados Unidos se fundou e se consolidou a Universidade Stanford e a Universidade de Chicago. Foi assim que se fundou a Universidade de Brasília [esta foi quase destruída logo em seus primeiros anos de existência] e a Universidade de Campinas.

Instituições universitárias com o perfil de excelência são essenciais para a formação das elites da inteligência de um país, as únicas legítimas numa sociedade democrática. Em todos os ramos profissionais de serviço à comunidade humana, essas elites são necessárias a fim de o país ser governado por pessoas capazes de compreender a complexidade dos problemas de sua sociedade e de pensar soluções “inteligentes” para esses problemas. A formação de “estadistas”, ou seja, de filósofos-reis ou reis-filósofos, parece ser uma necessidade de nosso tempo histórico. Para tanto, precisamos de um sistema de educação superior que concilie equidade com qualidade, a fim de assegurar a todos os talentos, na medida de sua potencialidade, espaço para desenvolvê-los a serviço da sociedade humana.

Ao lado de instituições educacionais para a formação das elites de qualquer país, é necessário que haja também outras instituições com seu nível de excelência, pois há vários



tipos de excelência, para oferecer a melhor formação possível aos cidadãos do país para os mais variados ramos da atividade humana, todos necessários ao bom funcionamento da sociedade e de sua economia. Como bem disse John W. Gardner, há diversos tipos de excelência, e a sociedade precisa de todos eles. Ela precisa tanto de excelentes pedreiros para construir excelentes casas como necessita de excelentes filósofos, advogados, médicos, professores e engenheiros. A sociedade funcionará melhor com a excelência do trabalho de todos esses profissionais. Para isso, ela precisa criar um sistema de educação básica e superior que abra espaço para a formação de todas essas excelências profissionais. Para formar a todos como seres humanos e cidadãos engajados e desenvolver os talentos de todos os seus cidadãos, o país necessita criar as condições necessárias e suficientes para viabilizar ao mesmo tempo a igualdade de oportunidade ao acesso aos mais elevados níveis de educação e a qualidade ou excelência dos diferentes tipos de talento ou habilidades de seus cidadãos.

Nesse processo de desenvolvimento do potencial intelectual humano, os países precisam estimular, promover e apoiar a circulação e a mobilidade de seus talentos entre as instituições acadêmicas dentro de suas próprias fronteiras para benefício de toda sua população, bem como buscar enriquecer seu patrimônio cultural e científico com a interação com instituições acadêmicas de outros países. Nessa mobilidade acadêmica os ganhos serão de ambas as partes envolvidas. E ela poderá ser mais facilmente intensificada entre vizinhos geográficos ou culturais. É chegado o momento para uma nova internacionalização da universidade contemporânea e para o avanço da democratização da educação superior para os que têm o talento necessário para tirar proveito dela.

Abrindo o debate, temos um artigo intitulado *Políticas educativas e Ensino Superior: internacionalização nos contextos de trabalho da profissão acadêmica em Portugal*, de Carla Galego, professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Para a autora, é no quadro da crescente europeização das políticas educativas que as últimas e importantes transformações legislativas geradas no sistema de ensino superior português têm de ser entendidas. Convergente com a criação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), Portugal aliou-se ao processo de Bolonha e reformou, na segunda metade da década de 2000, o seu sistema de ensino superior nas estruturas e nos modos de governo das instituições. O objetivo deste artigo é analisar de que forma as novas políticas educativas produziram

alterações no contexto e nas condições de trabalho dos professores/investigadores das universidades públicas em Portugal. Galego inicia o texto, identificando as principais medidas políticas que formam a nova moldura legal da educação superior, dando particular destaque ao novo Estatuto da Carreira Docente. Em seguida faz uma análise das percepções dos acadêmicos em torno do desenvolvimento da profissão acadêmica ocorrido ao longo dos últimos 40 anos articulando-as com a dimensão da internacionalização da educação superior. Os resultados obtidos, segundo a autora, permitem afirmar que a profissão acadêmica é por natureza internacional. No entanto, essa natureza se complexificou e se diversificou redimensionando a internacionalização que passa de uma ‘lógica de opcionalidade’ para uma ‘lógica de obrigatoriedade’.

Trazendo esta discussão para o espaço da América Latina, Renato Dagnino, professor da Universidade Estadual de Campinas, traz um texto que versa sobre *A Universidade latino-americana do futuro que sua sociedade está construindo*. O autor debate a concepção de um novo projeto para a universidade brasileira, neste momento em que ela vem se expandindo e mantendo um estilo pouco aderente ao cenário da democratização em curso e às restrições e oportunidades colocadas pelos contextos nacional e mundial, sendo esta, uma tarefa urgente do segmento de esquerda da comunidade universitária. Para Renato, contrapondo-se à síndrome do produtivismo-cientificismo-inovacionismo, e privilegiando o canal da Extensão que pode vir a diminuir sua disfuncionalidade e insulamento, revisitando o anátema da qualidade versus relevância, e provocando uma alteração na sua agenda de Pesquisa e Ensino, o argumento proposto tem como eixo o questionamento da concepção dogmática da Neutralidade e do Determinismo da tecnociência ainda predominante naquele segmento. Reconhecendo a necessidade de disputar a hegemonia com os que defendem uma política de alianças com o setor empresarial, cada vez mais “financeirizado”, desnacionalizado, desindustrializado, mimético e ambientalmente irresponsável, o autor sugere uma aproximação com a Economia Solidária e seus empreendimentos. A Adequação Sociotécnica e o desenvolvimento de Tecnologia Social passariam a ser um vetor da práxis universitária (re)unindo “inexatos” e “desumanos” em torno de um projeto orientado à construção de uma sociedade inclusiva.

Na sequência, os pesquisadores chilenos da PUC de Valparaiso, Juan C. Campbell E.; Maria Veronica Leiva Guerreiro, discutem a *Política de Educación Superior en Chile: entre*



la calidad, equidad e innovación curricular. Os autores analisam a política de educação superior discutindo a qualidade, a equidade e a inovação curricular nos três modelos de educação superior existentes no Chile. São Instituições de Educação Superior definidas como centros de excelência orientados à pesquisa e à formação de professores no topo do sistema, Institutos profissionais responsáveis pela formação profissional em nível superior no nível intermediário, e centros de formação técnica na base. O processo de expansão da educação superior no Chile incorporou em média 14% de jovens entre 18-24 anos em 1990; 24% em 2000 e 29% em 2010.

Maria Cristina Parra Sandoval, pesquisadora da Universidade Central da Venezuela, nos brinda com um texto intitulado *¿Hacia donde van las políticas públicas de educación superior en Venezuela?* Para a autora, entende-se a política pública no campo da educação superior para o desenvolvimento da sociedade, como o conjunto de tomada de decisões e não decisões, com relação ao setor terciário da educação do país, por parte do governo ou de Instituições. Assim, o processo de estabelecer uma política pública – em qualquer campo - supõe tanto seu desenho e implementação como a avaliação de seus resultados. Partindo destas premissas, o texto expõe a contextualização histórica e os antecedentes das políticas de educação superior na Venezuela, nos últimos doze anos (1999-2011). A autora, na medida do possível, e segundo ela, diante da carência de informação confiável, faz uma aproximação entre os resultados das políticas implementadas e suas possíveis implicações futuras. Na Venezuela os números indicam que a tendência das políticas públicas se orienta para mais controle e intervenção do Estado e para o estabelecimento de condições que inibem a expansão do acesso à educação superior.

No artigo *El impacto del Acuerdo de Bolonia en el sistema de Educación Superior en Chile*, Óscar Espinoza e Luis Eduardo González apresentam os resultados de sua pesquisa cujo objetivo foi dimensionar o impacto do chamado Acordo de Bolonha no sistema chileno de educação superior. Mediante o uso de fontes primárias e secundárias, os autores analisam aspectos do sistema universitario relacionados aos objetivos do Acordo de Bolonha. Segundo Espinoza e González, a evidência compilada permite concluir que o Acordo repercutiu de forma positiva em três âmbitos concretos da educação superior chilena, a saber: assimilação do sistema de créditos transferíveis (SCT-Chile), principalmente nas universidades do CRUCH; mobilidade estudantil nos cursos de graduação e de pós-graduação, revelando

incremento substancial mas ainda baixo, se confrontado com a matrícula bruta nos cursos, e aumento muito baixo, se comparado com a matrícula nos cursos das universidades dos países desenvolvidos; e, por último, cooperação interinstitucional e trabalho em rede entre universidades da América Latina e entre universidades latinas e europeias, com avanços significativos na última década, o que no médio prazo poderá facilitar a criação do espaço latinoamericano de educação superior. Esta discussão vale a pena conferir!

Na sequência, tratando da *Internacionalização da Educação Superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil*, Vera Lúcia Jacob Chaves e Alda Maria Duarte Araújo de Castro, docentes pesquisadoras da Universidade Federal do Pará, discutem a internacionalização da educação superior no Brasil relacionando-a ao contexto da crise do capital e sua repercussão no programa de mobilidade estudantil “Ciência sem Fronteiras”. As autoras apresentam uma reflexão sobre a interferência direta dos organismos multilaterais de financiamento nas políticas de internacionalização da educação superior em que se misturam princípios de transferência de conhecimentos com razões economicistas e competitivas que se materializam por meio de processos de “cooperação internacional”, tendência que vem se desenhando mundialmente. A internacionalização da educação superior, segundo Chaves e Castro, não é um processo novo no Brasil, mas vem se reconfigurando nos últimos anos por meio de programas e políticas induzidas pelo governo brasileiro, nos quais é enfatizada a mobilidade estudantil. Nessa perspectiva o governo brasileiro criou em 2011 o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a previsão de concessão de 101 mil bolsas em quatro anos. O artigo analisa a concessão de bolsas de graduação pelo CsF no período de 2012 a 2014 apontando os países de destino para a realização da mobilidade estudantil. Os estudos mostram que a política de indução à mobilidade de estudantes adotada pelo Brasil com o CsF tem contribuído para consolidar a internacionalização no país e que os países mais procurados pelos estudantes brasileiros são aqueles considerados mais desenvolvidos com universidades de ponta na produção do conhecimento.

João dos Reis da Silva Júnior e Fabíola Bouth Grello Kato, da Universidade Federal de São Carlos, debatem *A política de internacionalização da educação superior no plano nacional de pós-graduação (2011-2020)* no Brasil. O objetivo do texto é mostrar o processo de internacionalização em curso no país desde a adesão do país à predominância financeira durante o governo de FHC, que teve continuidade nos governos Lula e Dilma, tendo como

base o Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). Para além de mostrar o processo, Silva Junior e Kato, buscam indagar as razões dele encontrando alguma resposta na mundialização da economia e na necessidade da produção de uma episteme econômica exigida pela mundialização da economia. Segundo os autores, as consequências para o trabalho do professor e a respectiva perda de seus direitos sociais é aqui o corolário do processo.

Discutindo as *Políticas para la Educación Superior en Colombia: los efectos de la gubernamentalidad contemporánea*, Olga Cecilia Díaz Flórez contextualiza as políticas sociais e educacionais nas formas de intervenção do governo caracterizadas por um pragmatismo que mantém a aspiração de configurar os "*enfoques amistosos con el mercado*" cuja oscilação vai de menor a maior articulação entre eles. Para a autora, estas reformas, que são regidas por um crescimento estimulado pelo mercado, se baseiam nas práticas de governo que combinam duas estratégias importantes que proporcionam flexibilidade: o *design* de quadros globais com distintas maneiras de alcançar os objetivos enfocados no crescimento e o uso da OMC que operam com algum grau de variabilidade e são monitorados por meio de um acompanhamento regular em curso por vários organismos e aparelhos sociais. Assim, o objetivo deste debate foi compreender o lugar das políticas nas formas contemporâneas de governo, analisando tanto o alcance como os questionamentos referentes ao processo de reforma impulsionada pela Declaração de Bolonha. Como conclusão, Olga apresenta algumas orientações em curso a partir da conjuntura vivida nos últimos anos na Colômbia, mostrando que a reforma na Educação Superior confirma tal tendência, mas esse movimento foi contido graças ao papel ativo do movimento estudantil que garantiu o papel transformador da Educação, de sua natureza de bem comum que pertence a toda sociedade trazendo novamente à tona a oportunidade de proporcionar uma vida digna para maioria da população.

Debatendo a questão da *Inovação e inclusão: uma integração em favor dos alunos de Escola Pública na Universidade Pública*, Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, da Universidade Estadual de Campinas, nos brinda com um texto trazendo os resultados da pesquisa que visou conhecer e avaliar o impacto do Programa de Formação Superior Interdisciplinar (ProFIS) da UNICAMP, que é um programa experimental voltado para um grupo diferenciado de alunos, com demandas específicas e com um currículo diferenciado. Como objetivos, a autora buscou: - conhecer a visão dos docentes sobre o oferecimento do curso com as especificidades que possui e como lidaram com alunos com distintas demandas

e com os desafios pedagógicos de um currículo de formação geral e interdisciplinar; - avaliar o Programa do ponto de vista dos alunos e da coordenação sobre a arquitetura do currículo voltado para uma formação geral e cultural; - levantar os alcances do curso quanto à inclusão social e combate à autoexclusão; - conhecer a avaliação dos alunos sobre a formação recebida para prepará-los academicamente para a continuidade da formação profissional e a atuação como cidadão. Segundo Pereira, a pesquisa se reveste de importância uma vez que a universidade ainda não se conhece como administradora de um curso de formação tão específica como é o ProFIS. A metodologia utilizada foi diferenciada para cada um dos aspectos a ser avaliado e para cada grupo de sujeitos. Questionários para alunos, entrevistas para professores e coordenadores. Os resultados demonstram, segundo a autora, a satisfação dos alunos, as boas considerações feitas ao design do curso pelos professores e coordenadores e a efetiva inclusão que proporciona a esse grupo tão específico de clientela universitária.

Finalizando o quadro de artigos, e discutindo a *Extensão como expressão da responsabilidade social universitária*, apresentamos o artigo de Ricardo Antônio De Marco, Dirleia Fanfa Sarmiento e Jardelino Menegat, professores da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (UNOESC). Os autores avaliam como a prática da extensão universitária contribui para a consolidação da Responsabilidade Social da Universidade. Para os autores, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior de 2004, no seu Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional - e respectivas Dimensões 1 e 3 - Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Responsabilidade Social da Instituição -, destaca a necessidade de as Universidades incorporarem, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, práticas que evidenciem seu engajamento positivo no Desenvolvimento Social. Utilizou-se, como método para desenvolvimento desta investigação descritiva, a análise documental que compreendeu: - análise dos documentos institucionais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (missão, visão e valores); de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e de seu projeto de extensão Universidade da Melhor Idade de Chapecó (UMIC); e - análise do documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. A partir dessa inferência, segundo os autores, foi possível perceber que a UNOESC, em seus princípios constitutivos e documentos oficiais, valoriza a formação cidadã orientada para a inserção social. Constatou-se que a consolidação da responsabilidade social da universidade passa necessariamente pelo olhar atento da gestão aos princípios da indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, elementos constitutivos ou essenciais das universidades, que quando não executados adequadamente, contrariam e violam o preceito legal; que projetos de Extensão de cunho inter e transdisciplinar, como a UMIC, apresentam forte contribuição para a consolidação da responsabilidade social da universidade. Paralelamente, restou evidente que, isolados, projetos de Extensão como a UMIC não atingem na plenitude o compromisso social das universidades, sugerindo que a indissociabilidade esteja presente com a incorporação de ações que promovam o desenvolvimento social.

Temos ainda uma entrevista com o Prof. Dr. Claudio Rama realizada pelo Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho e pela Professora Doutora Maria de Lourdes Pinto de Almeida, sobre dois temas relevantes para os países da América Latina: Mercosul e educação superior e tendências da educação superior. Em relação ao tema Mercosul e a educação superior, foram levantadas duas indagações: a primeira, sobre a possibilidade de busca de simetria e consequente reconhecimento automático dos diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação das universidades dos países do Mercosul num futuro próximo; e a segunda, sobre a possível contribuição da experiência da União Europeia com seu processo de Bolonha para a consecução dessa simetria de cursos e diplomas equiparáveis. Quanto às tendências da educação superior, cinco questões versaram sobre os seguintes aspectos: a influência da sociedade da informação e do conhecimento sobre a estrutura e a organização da universidade do futuro próximo; a influência da consolidação da internet no mundo sobre a estrutura e a organização da universidade do futuro próximo; o papel da educação superior a distância ou não presencial como complemento e mesmo substituição da educação superior presencial; o papel essencial da educação superior presencial e da vivência universitária para uma educação superior de excelência; e por último, o futuro da interdisciplinaridade na universidade. O Professor Dr. Claudio Rama tem pesquisado os problemas da universidade latino-americana contemporânea e atualmente, como Reitor no Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), a Universidad de Posgrado del Estado de Ecuador, tem a oportunidade de implementar suas ideias nessa instituição.

Na sessão Resenha, o mestrando Walter Strobel Neto analisa o livro de Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Lindomar Wessler Boneti e Thais Pacievitch, lançado na ANPED de 2015 pela Editora Mercado de Letras, na coleção Educação, intitulado *O social e as políticas educacionais na contemporaneidade: das desigualdades à violência no espaço*

educacional. Esta obra tem como eixo norteador da discussão a seguinte premissa: “Se a escola busca se constituir numa instituição verdadeiramente democrática não basta buscar respostas aos motivos dos conflitos produzidos no espaço escolar, tendo somente o seu interior como referência, mas sim todo o contexto econômico que permeia as relações pedagógicas, pois a escola e o mundo escolar se constituem em um espaço construído socialmente”. Este livro é fruto de pesquisas que foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* das Universidades dos autores nos últimos três anos. É um debate atual e de extrema pertinência para os pesquisadores da área da Educação, mais especificamente no que tange à relação entre Universidade, Formação de Professores e Educação Básica. É uma boa sugestão de leitura.

As universidades latino-americanas, no enfrentamento dos desafios desta segunda década deste século, precisam ter autoconsciência clara de suas funções históricas essenciais a fim de assegurarem sua preservação e continuidade histórica como a casa do conhecimento e da sabedoria necessários ao aprimoramento da civilização humana, atuarem como um bem público a serviço da cidadania planetária, nacional e local do ser humano e contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e globais da sociedade humana.

*José Camilo dos Santos Filho*¹

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida*²

Editores

Abril/2016

¹ PhD em Educação pela University of Southern California (USC). Pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Professor da UNICAMP. Editor da RIESup - FE/UNICAMP. Campinas - SP / Brasil. E-mail: jcamilosantos@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4183-0460>.

² Doutora em Filosofia, História e Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e UNICAMP. Professor pesquisador da PPGEDU de UNOESC. Joaçaba – SC / Brasil. E-mail: malu04@gmail.com – ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8515-2908>.